

SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - PI

Estudo Técnico Preliminar 41/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 08410.003941/2025-41

2. Descrição da necessidade

O Estudo Técnico Preliminar – ETP da contratação deve conter, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido. Também é preciso que sejam abordadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

O artigo 18, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, apresenta os elementos que devem ser considerados na elaboração do ETP:

Art. 18. (...)

*§ 1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:*

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

§ 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

É certo que o ETP deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII, acima, conforme expressamente exigido pelo §2º da referida norma. Quando não contemplar os demais elementos previstos no art. 18, §1º, deverá a Administração apresentar as devidas justificativas. No tocante ao inciso XII, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU apresenta diversas orientações jurídicas, a serem consultadas e observadas sempre que incidentes ao caso concreto.

Além das exigências da Lei n. 14.133, de 2021, deve a Administração observar as regras constantes da Instrução Normativa Seges/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022, que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital.

Recomenda-se que os servidores da área técnica e requisitante ou a equipe de planejamento da contratação elabore(em) o estudo técnico preliminar, contendo as previsões necessárias relacionadas no art. 18, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1. Considerando que a EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS possui contrato vigente com esta UASG (contrato nº 06/2020) e que se encerra em 29 de dezembro de 2025, situação descrita nos despachos 39712708 e 39720816 presentes no processo sei 08410.003347/2020-46. Destarte a impossibilidade de sua prorrogação, devido os termos contratuais estarem alinhados a lei 8.666/30 a qual prevê limite de prorrogação até 60 meses (05 anos), faz-se necessária a elaboração de novo documento firmado entre a contratante e o contratado, nos termos da lei nº 14.133/2021.

2.2. Diante dessa mudança institucional e operacional, torna-se imprescindível formalizar a alteração contratual, garantindo a regularidade jurídica e administrativa do fornecimento de água para a unidade da Polícia Federal no município.

2.3. A presente contratação visa garantir a continuidade e a regularidade ao fornecimento dos serviços postais e de malote para Superintendência da Polícia Federal do Piauí e para Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba/PI, objeto do qual é essencial ao desempenho das atividades finalísticas e administrativas da Polícia Federal no estado do Piauí.

2.4. A contratação direta da empresa brasileira de correios e telégrafos (ECT) para prestação de serviços postais executados em regime de exclusividade baseia-se no art. 74, , da lei n. 14.133/21 já em regime de livre concorrência baseia-se no art. 75, inc. Ix, da lei n.14.133/21.

2.5. Dessa forma, a contratação se mostra indispensável à continuidade dos serviços essenciais prestados pela SR/PF/PI e PHB/PF/PI, devendo observar os princípios da legalidade, eficiência e continuidade do serviço público, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SELOG/SR/PF/PI	Francisco Rosano Gomes Abreu Filho

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Para a contratação da EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS (ECT) , um serviço essencial ao funcionamento da Superintendência da Polícia Federal em Teresina e da Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba/PI, deve-se proceder a contratação direta, de acordo com a lei nº 14.133/21:Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: I - Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos;

4.2. O Serviço mencionado é prestado com exclusividade pela EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS (ECT) e sendo assim não se vislumbrando a possibilidade de escolha de outro fornecedor, motivo pelo qual se poderia inicialmente concluir sobre a necessidade de inexigir licitação, pela ausência de competição.

4.3. Conforme Parecer Referencial 00002/2025/DISEMEX/SCGP/CGU/AGU com prazo de término sendo indeterminado, haja vista que serviço de fornecimento de serviços postais e malote ser essencial às atividades da Administração Pública, além de ser expressamente previsto (art 109, da

lei n 14.133/2021) que o prazo de vigência contratual, que em sendo hipótese de contratação direta por inexigibilidade de licitação, é admitido prazo indeterminado, desde que seja comprovada , a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação. PARECER REFERENCIAL n. 00002/2025/DISEMEX/SCGP/CGU/AGU xv.1) no que tange ao prazo de vigência contratual, em sendo hipótese de contratação direta por inexigibilidade de licitação, admite-se prazo de vigência indeterminado, desde que seja comprovada, a cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação(art. 109, da Lei n. 14.133/2021, c/c ON AGU n.36 /2011), ao passo que, em se tratando de dispensa de licitação, impõe-se prazo de vigência determinado.

5. Levantamento de Mercado

- 5.1 O fornecimento de serviços postais e malote para as unidades da SR/PF/PI e PHB/PF/PI, será prestado com exclusividade pela EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRÁFOS. Sendo assim e não se vislumbrando a possibilidade de escolha de outro fornecedor, vez que a empresa mantém o monopólio do serviço.
- 5.2 E motivo pelo qual se poderia inicialmente concluir sobre a necessidade de inexigir licitação, pela ausência de competição, conforme disposto no art. 74, inc. I, da lei 14.133/21.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 A aquisição do presente serviço é imprescindível para o funcionamento das unidades da Polícia Federal do Piauí (SR/PF/PI e PHB/PF/PI), tendo em vista que o fornecimento de serviços postais e malote são essenciais para envio e recebimento de materiais apreendidos nas investigações ou mesmo objetos a serem compartilhados entre esta essas unidades e outras localizadas no país.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

- 7.1. A SR/PF/PI pagará, mensalmente, à Empresa, o valor calculado pelo volume consumido medido (serviços postais e malote), multiplicado de acordo com a tabela tarifária vigente da CONTRATANTE.
- 7.2. Levantamento dos últimos consumos anuais do serviço postais e malote na Superintendência de PolíciaFederal do Piauí e Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba/PI:

LEVANTAMENTO CORREIOS							
ANO	2020	2021	2022	2023	2024	2025	MÉDIA DOS 05 ANOS
VALOR TOTAL	RS: 10.460,52	RS: 19.063,28	RS: 26.762,34	RS: 16.450,09	RS: 15.690,21	RS:17.863,66	RS:17.715,16

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 36.000,00

8.1.Estimativa anual de preços para o fornecimento de serviços postais e de malote na Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí e na delegacia de Parnaíba/PI: R\$:36.000,00, distribuídos mensalmente em R\$: 3.000,00.

8.2. Visto os diversos serviços oferecidos pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e utilizados por esta instituição, bem como por se tratar de contrato de adesão e valores calculadores por estimativa, não se verifica sentido prático na demonstração do consumo unitário de cada serviço utilizado ou oferecido, razão esta que a análise do consumo global é suficiente para demonstrar a necessidade desta Administração.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Por se tratar de processo de contratação direta (inexigibilidade), cujo objeto só pode ser fornecido por empresa exclusiva.

9.2 Visto tratar-se de serviços prestado por fornecedor único não há o que se cogitar parcelamento.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não verifica-se contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Foi incluído de forma extemporânea no Plano de Gestão de Contratações (PGC 2026), por se tratar de serviço continuado, de natureza essencial à manutenção das atividades institucionais, cuja necessidade somente se consolidou após o início da execução contratual da atual.

11.2. Dessa forma, a contratação atende ao princípio do planejamento previsto no art. 11, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021 e contribui para a coerência entre os objetivos estratégicos da Polícia Federal e a execução orçamentária eficiente, respeitando a vinculação da despesa ao planejamento institucional.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Atender as demandas das unidades da Polícia Federal no Piauí, relacionadas; com serviços postais e malote;

12.2 Evitar prejuízos a administração, por conta do termino contratual vigente (dos serviços postais e malote) ocorrer sem que novo contrato esteja firmado nos moldes da Lei nº 14.133/2021.

13. Providências a serem Adotadas

13.1 A contratada deverá oferecer os serviços aptos no Termo de Referência e as obrigações da Contratada e Contratante serão previstas no referido documento.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1 Não se vislumbra a ocorrência de possíveis impactos ambientais gerados pela contratação em estudo, contudo, a contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e a saúde dos trabalhadores e envolvidos na execução do objeto.

14.2. Adoção de práticas que minimizem o impacto ambiental e social da atividade, buscando um equilíbrio entre eficiência, economia e responsabilidade socioambiental.

14.3. Redução do consumo de recursos naturais, a otimização da logística para diminuir emissões, a gestão adequada de resíduos,

14.4. Promover condições de trabalho justas e o uso de materiais e tecnologias sustentáveis.

14.5. Cuidados com a questão de logística e transporte de itens a serem enviados e recebidos, tais quais: roteirização otimizada: Redução de emissões e consumo de combustível através de rotas mais eficientes, frota sustentável: Utilização de veículos elétricos, híbridos ou movidos a combustíveis renováveis, embalagens ecológicas: Priorização de embalagens recicladas, reutilizáveis e biodegradáveis, além da redução do volume de embalagens utilizadas e logística reversa: Implantação de sistemas para recolhimento e reciclagem de embalagens e produtos.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A partir dos estudos realizados, declaramos viável a presente contratação por meio de contratação direta, nos moldes da nova lei de licitação (inexigibilidade - Art. 74, inc. I, Lei nº 14.133/21).

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

CAMILO MAGALHAES DA TRINDADE

Membro da comissão de contratação

FRANCISCO ROSANO GOMES ABREU FILHO

Membro da comissão de contratação

MAYKELLANE SILVA SANTOS

Membro da comissão de contratação